

Econ. Brasil Câmara encerra seu esforço concentrado

Com a aprovação ontem de manhã, do projeto de lei que altera a divisão dos royalties sobre o valor dos produtos extraídos da plataforma continental, a Câmara encerrou o esforço concentrado destinado a votar matérias consideradas polêmicas. Durante duas semanas de exaustivas negociações entre as lideranças partidárias e de intermináveis sessões plenárias, dezenas de proposições foram apreciadas pelos deputados, resultando em alterações significativas na legislação brasileira.

O projeto de lei governamental que altera a legislação tributária federal, por exemplo, foi aprovado com a introdução de duas antigas reivindicações salariais, concedidas pela liderança peemedebista de modo a facilitar a aprovação do pacote fiscal. A semestralidade aos funcionários públicos civis e militares da União, que passarão a ter seus vencimentos reajustados nos meses de janeiro e julho de cada ano, foi uma dessas medidas.

A outra concessão salarial introduzida no substitutivo Raymundo Asfora (PMDB/PB) ao pacote fiscal garante o reajuste de 100 por cento do Índice de

Precos ao Consumidor Ampliado (IPCA) aos assalariados que percebem até dez salários mínimos.

O substitutivo — que foi elaborado em conjunto por Asfora, pelo líder do PMDB, deputado Pimenta da Veiga, e pelo secretário da Receita Federal, Luiz Patury — inseriu também emenda apresentada em plenário pelo deputado Arthur Virgílio Neto (PMDB/AM), que estabelece que as restituições do Imposto de Renda às pessoas físicas correspondente ao exercício financeiro de 86, ano-base 85, serão efetuadas em 1986 até 15 ORTNs. O projeto original, previa que somente as restituições no valor de até 10 ORTNs seriam feitas em 86.

Com o objetivo de ampliar a faixa de isenção aos investidores e estimular a poupança, os autores do substitutivo incluíram um artigo estabelecendo que os juros e dividendos de cadernetas de poupança do Sistema Financeiro da Habitação pagos ou creditados a pessoas físicas, calculados sobre o saldo médio superior a 3.500 UPCs, ficam isentos do Imposto de Renda na fonte, até 31 de dezembro de 1986, e na de-

claração de rendimentos, até o exercício financeiro de 87, inclusive.

Também sem muita discussão, devido a acordo firmado entre as lideranças do PMDB, PFL e PDS, a Câmara aprovou o I Plano Nacional de Informática e Automação (Planin). A proposição, oriunda do Governo prevê a aprovação do Planin pelo período de três anos e autoriza o Poder Executivo a introduzir anualmente modificações no plano, desde que observados os princípios, objetivos e diretrizes da Política Nacional de Informática.

Outro projeto de lei, também enviado ao Congresso pelo Governo, foi aprovado pela Câmara. Ele determina que os contribuintes que, a partir da publicação da lei, possuírem aplicações em quotas de Fundos Fiscais criados pelo decreto-lei 157, posteriormente transformados ou incorporados em Fundos Mútuos de Ações, em montante inferior a 10 ORTNs, poderão resgatá-las independentemente do ano de sua aquisição, na forma que será estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

Foi ainda aprovado projeto de lei encaminhado pe-

lo presidente José Sarney ao Congresso fixando o índice de reajuste dos salários dos funcionários públicos em 75 por cento e afastando a possibilidade de conceder, ainda este ano, o 13º salário aos estatutários e militares. Aprovado nesta segunda-feira, o novo índice começa a vigorar em janeiro de 86.

Na madrugada de ontem, após a votação do Planin, os poucos deputados que permaneceram até o final da sessão aprovaram, pela segunda vez este ano, projeto de lei complementar do senador Benedito Ferreira (PDS/GO) que divide o Estado de Goiás, criando o Estado do Tocantins. Projeto semelhante do deputado Siqueira Campos (PDS/GO) foi aprovado este ano pela Câmara e Senado, tendo sido vetado pelo presidente Sarney.

Na semana passada foram aprovados o segundo turno da emenda de convocação da Assembleia Nacional Constituinte e a reforma tributária, e os projetos instituindo o vale-transporte e reduzindo a jornada de trabalho dos economiários de oito para seis horas, além de dar-lhes o direito de sindicalização.